



Número: **0005122-38.2011.2.00.0000**

Classe: **PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO**

Órgão julgador colegiado: **Plenário**

Órgão julgador: **Gab. Cons. Daldice Maria Santana de Almeida**

Última distribuição : **29/09/2011**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Relator: **GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA**

Assuntos:

Objeto do processo: **TJBA - Fórum Criminal de Sussurana - Violação - Prerrogativa - Membros do Ministério Público/BA - Princípios Constitucionais - Reordenamento - Mobiliário - Sala de Audiência - Suspensão de Ato Administrativo - Restrição - Acesso - Elevadores - Quantidade - Suficientes - Vagas - Estacionamento - Elaboração - Execução - Plano - Garantia de Segurança.**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (REQUERENTE)	MANOEL JOAQUIM PINTO RODRIGUES DA COSTA (ADVOGADO) MARCIO PINHO TEIXEIRA (ADVOGADO)
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (REQUERIDO)	
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS - AMB (TERCEIRO INTERESSADO)	ALBERTO PAVIE RIBEIRO (ADVOGADO)
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA BAHIA - AMAB (TERCEIRO INTERESSADO)	ALBERTO PAVIE RIBEIRO (ADVOGADO)
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CONAMP (TERCEIRO INTERESSADO)	ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA E OUTROS (ADVOGADO) LUCIANA MOURA ALVARENGA SIMIONI (ADVOGADO)
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (TERCEIRO INTERESSADO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
173703	10/04/2012 18:52	VOTO	Voto

Brasília, 10 de abril de 2012

Conselheiro **Tourinho Neto**

Relator

RELATÓRIO

O EXMO SR. CONSELHEIRO TOURINHO NETO (RELATOR):

1. Trata-se de Procedimento de Controle Administrativo instaurado a partir de requerimento da Associação do Ministério Público do Estado da Bahia – AMPEB, pleiteando a este CNJ que determine à presidência do Tribunal de Justiça da Bahia que:

a) promova a imediata reordenação dos mobiliários que guarnecem as salas de audiência do fórum criminal de Sussuarana, de modo a assegurar aos membros do Ministério Público assento no mesmo plano e imediatamente à direita dos juízes;

b) suspenda os efeitos de todo e qualquer ato administrativo, ainda que não devidamente formalizado, emanado de qualquer das instâncias administrativas do Tribunal de Justiça da Bahia, cujo objeto seja a reserva de elevador para uso exclusivo de magistrados no interior do fórum criminal de Sussuarana;

c) abstenha-se de implementar, ainda que informalmente, qualquer providência que possa implicar restrição de acesso de membros do Ministério Público a quaisquer dependências, inclusive elevadores, dos fóruns do Estado; e

d) proceda à reserva de vagas no estacionamento do Fórum Criminal Sussuarana, em número idêntico às porventura reservadas aos juízes, destinando-as aos membros do Ministério Público

Ressalta que a ausência de vagas no estacionamento, em número suficiente, para Promotores de Justiça e Defensores Públicos, compromete a segurança e a prestação jurisdicional, e aumenta mais ainda os riscos já inerentes à função, ao obrigá-los a estacionar em vias públicas, *“transformando-os em presas fáceis, ao entrarem e saírem de seus carros, carregando quantidade significativa de processos”*, ainda mais levando-se em conta que o fórum está localizado em bairro de intensa criminalidade.

Pediu, ainda, que seja determinado ao TJBA que elabore e execute plano voltado a garantir a segurança de magistrados e promotores de Justiça em atuação no fórum, contemplando a reserva de vagas em estacionamento em número suficiente.

2. A liminar foi indeferida.

3. O TJBA prestou informações, alegando:

a) o presente PCA deve ser extinto, sem exame de mérito, pois inexistente ato administrativo a ser objeto de controle;

b) a questão da reserva de elevador para juízes não deve ser submetida a este CNJ, por ser interna *corporis* e sem nenhum interesse nacional. Demais, a pretensão implica usurpação da



autonomia e independência da Administração do TJBA, além de ser prática comum nos tribunais e, inclusive, no próprio Ministério Público;

c) o elevador destinado aos magistrados é o único que tem acesso direto a suas vagas de garagem, propiciando maior segurança aos juízes;

d) há um elevador com destinação exclusiva aos membros Ministério Público, da Defensoria Pública e a Advogados;

e) jamais houve tratamento vexatório a membros do Ministério Público, sendo a convivência entre o Judiciário e Procuradoria-Geral, naquele Estado, saudável, respeitosa, urbana e sem qualquer aspecto de anomalia;

f) o atual *layout* do fórum é idêntico ao antigo, e continua a assegurar ao MP assento à direita e no mesmo plano dos magistrados, o que se comprova com a juntada do citado *layout* aos autos;

g) no tocante às vagas de estacionamento, não pode o Ministério Público se imiscuir nas razões de mérito da gestão do Tribunal, em razão de sua autonomia administrativa. De qualquer forma, no caso concreto, não se deve atender o pleito, pois o número de vagas é escasso para atender juízes e servidores, fato compreendido pela Procuradoria-Geral de Justiça, que disponibilizou veículo em circulação para o transporte de promotores, pedindo ao Tribunal apenas livre acesso ao estacionamento do fórum.

h) ampliar o número de vagas ao MP significa, na exata medida, retirar as mesmas vagas de juízes e servidores, o que não é razoável, ainda mais que o próprio tribunal está em processo licitatório a fim de alugar vagas de garagens para seus membros, servidores e estagiários;

i) o imóvel do fórum sofreu várias adaptações para atender ao quesito segurança, criando-se, inclusive, celas para presos, e demais instalações inerentes à movimentação de custodiados, como elevador restrito à circulação de presos e de escolta e alterações para a movimentação dos veículos de transporte, e o pedido em causa pode acarretar prejuízo a todo o esforço empreendido pela Administração, até o momento, para alcançar essas melhorias; e

j) a postulação da Associação requerente acarreta custos financeiros, pelos quais não pode o Tribunal de Justiça responder. Pede a improcedência deste PCA, ou, na improvável “*guarda a alguma pretensão*”, que este CNJ “*indique, de par com a alteração, a respectiva fonte de custeio e, principalmente, o responsável pela execução e pagamento das respectivas despesas*”.

4. Por meio do DESP9, designei audiência de conciliação, nos termos do § 1º do art. 25 do RICNJ.

5. Ingressaram no feito, como interessados, a Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB e a Associação dos Magistrados da Bahia – AMAB (DEC20). Posteriormente, ingressou no feito a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP (DEC32).

6. Foi realizada a audiência de conciliação (evento 65, e-CNJ).

7. Por meio da PET41, a Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB e a Associação dos Magistrados da Bahia – AMAB informaram que não concordam com a proposta de acordo que visa a disponibilizar o uso do elevador privativo de Magistrados para Promotores, Advogados e Defensores Públicos.

8. A Associação requerente peticionou nos autos pedindo reconsideração da decisão que indeferiu a liminar, pugnando ainda que os efeitos sejam extensivos a Advogados e Defensores Públicos (REQ42).

9. A Presidência do Tribunal de Justiça da Bahia informou o interesse do Ministério Público do Estado da Bahia, por intermédio do Procurador Geral de Justiça, em celebrar convênio com Tribunal requerido, “*visando a equacionar a utilização das vagas de estacionamento pelos promotores no prédio do Fórum Criminal*” (INF43 e 44).



10. O Procurador-Geral de Justiça do Estado informou que está elaborando o projeto de viabilidade técnica com vistas à celebração de convênio entre o Ministério Público e o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, com o propósito de aumentar as vagas de garagens reservadas aos membros do *Parquet* no fórum criminal de Sussuarana (DOC45).

11. Determinei a intimação do TJBA e da Procuradoria-Geral de Justiça para informarem a situação do convênio para utilização das vagas de estacionamento, a que alude o Ofício nº 2.902/2011, constante da INF44 do e-CNJ, e como o Tribunal-requerido está disponibilizando o uso dos elevadores do fórum criminal de Sussuarana (DESP46).

12. Em sua resposta, o TJBA esclareceu que apresentou proposta com novo *layout* visando ao aumento do número de vagas de estacionamento, tendo o Ministério Público manifestado seu interesse em equacionar o problema apontado, inclusive assumindo o ônus concernente à contratação do serviço de manobrista. Aduz ser indispensável, no entanto, a manifestação da Associação de Magistrados quanto à proposta apresentada.

No tocante aos elevadores, informou que dos quatro elevadores do fórum, um está reservado exclusivamente para Magistrados, outro para membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e para Advogados, um terceiro está destinado a presos sob escolta e o quarto para o público em geral (INF47).

13. É o relatório.

VOTO

O EXMO SR. CONSELHEIRO TOURINHO NETO (RELATOR):

1. Inicialmente, convém observar, que, embora, à primeira vista, a questão posta nos autos - reserva de vagas de estacionamento para membros do Ministério Público e compartilhamento de elevador privativo com magistrados em Fórum - pareça de menor importância, ante as relevantes atribuições constitucionais deste CNJ, a proporção que a contenda tomou no Estado da Bahia, chegando a gerar um princípio de conflito entre as instituições Judiciárias e do Ministério Público, fez necessária, de fato, a intervenção deste Conselho.

Evidencia a grande proporção que o quizília tomou o grande número de partes e interessados no feito, que tem a Associação do Ministério Público do Estado da Bahia – AMPEB e o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia como partes, e como interessados a Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, da Associação dos Magistrados da Bahia – AMAB, da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP e a Procuradoria-Geral de Justiça no Estado da Bahia.

A fim de buscar solução rápida e negociada para o caso, este relator designou audiência de conciliação, nos termos do § 1º do art. 25 do RICNJ, sendo convidados, também, para o evento, os representantes da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado da Bahia.

A audiência de conciliação foi realizada em 11.11.2011. Eis o teor do que foi acordado naquela assentada:

*(...) Aberta a audiência, o Relator afirmou que a demanda relativa à **posição do membro do Ministério Público na sala de audiência** não seria analisada na presente audiência por estar a matéria em discussão em diferentes instâncias judiciais. Ante a possibilidade de conciliação, constituiu-se uma comissão formada pelo Juiz de Direito RICARDO SCHMITT, Juiz Auxiliar da Presidência do TJBA, e pelo Promotor de Justiça CRISTIANO CHAVES DE FARIAS, Assessor Especial da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado da Bahia, para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do próximo dia 17/11/2011, **apresentar um projeto de viabilidade técnica visando a firmção de convênio entre o TJBA e o MPE/BA com a finalidade de o aumento de vagas de estacionamento para os membros do Ministério Público.** Em relação à **questão relativa ao elevador privativo** para os magistrados, ficou*



decido que a Juíza de Direito NARTIR DANTAS WEBER, Presidente da Associação dos Magistrados da Bahia, submeteria aos associados a proposta de se tornar o elevador exclusivo para Magistrados, Membros do Ministério Público e Advogados e Defensores Públicos, ficando estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, contados também a partir do próximo dia 17/11/2011, para apresentação do resultado da consulta aos magistrados. (...)

O pleito relacionado à posição do mobiliário na sala de audiência, a fim de resguardar a posição do membro do Ministério Público, não pode ser analisado neste PCA, uma vez que a questão está judicializada.

Resta, pois, solucionar o impasse relativo às vagas de estacionamento e à disposição dos elevadores no Fórum Criminal de Sussuarana, em Salvador, na Bahia.

Como visto do relatório, a questão das vagas de garagem está prestes a ser solucionada por meio de convênio a ser firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado. Ambos as entidades manifestaram-se nos autos afirmando esse propósito e o bom andamento do projeto.

Todavia, nesse ponto, convém fazer algumas considerações, que devem ser entendidas como **determinações**:

a) é descabida a assertiva do Presidente do Tribunal-requerido de que primeiro ouvirá a Associação dos Magistrados da Bahia para saber se esta concorda, ou não, com a disponibilização de mais vagas aos membros do Ministério Público. Primeiro, porque isso não ficou acordado na audiência de conciliação; Segundo, porque, conquanto legítima a luta das Associações pelos direitos de seus associados, na hipótese, haveria indevida ingerência na Administração do Tribunal, em questão puramente administrativa. Logo, descabe prévio aval da associação para a elaboração de tal convênio; e

b) considerando o longo decurso de tempo, desde a audiência – não se pode esquecer que as partes, naquela ocasião, concordaram em resolver o impasse em 30 (trinta) dias – estabeleço o **prazo improrrogável**, de mais 30 (trinta) dias, a contar da data do julgamento, para que finalizem o convênio.

No tocante ao uso dos elevadores: a Administração do TJBA informou que os quatro elevadores do Fórum Criminal de Sussuarana estão disponibilizados hoje, com exclusividade, da seguinte forma: 01 (um) para magistrados; 01 (um) para membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e para Advogados; 01 (um) para presos sob escolta; e 01 (um) para servidores e o público em geral.

Ora, a toda evidência, tal disposição não condiz com os princípios da razoabilidade, da eficiência e com a finalidade da coisa pública. Com efeito, destinar apenas um elevador para todos os servidores e para o público em geral que frequenta o fórum, que conta atualmente com 21 (vinte e uma) Varas criminais instaladas, com previsão de instalação de mais 04 (quatro) Varas, além do transporte corriqueiro de carrinhos de processos e materiais diversos, tão comum nos fóruns, é ferir frontalmente os mais basilares princípios de administração.

Vaidades e interesses classistas casuísticos, desprovidos de razoabilidade, não podem se sobrepor à impessoalidade, à eficiência, à moralidade, dentre tantos outros princípios que devem guiar o administrador no trato da coisa pública.

Assim, considerando que a Associação dos Magistrados da Bahia recusou a proposta de acordo, não resta outra solução a ser dada ao caso, senão este Conselho determinar, em prol do bom funcionamento da Justiça e em observância aos princípios constitucionais, cuja aplicação deve velar, que seja readequada a forma de utilização dos elevadores no Fórum Criminal de Sussuarana, em Salvador, na Bahia.

Doravante, 01 (um) elevador servirá a membros da Magistratura, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia; outro servirá a presos sob escolta e os outros 02 (dois) elevadores restantes servirão aos servidores e ao público em geral.



<!-- /* Style Definitions */ p.MsoNormal, li.MsoNormal, div.MsoNormal { mso-style-parent: ""; margin: 0cm; margin-bottom: .0001pt; text-align: justify; text-indent: 4.0cm; line-height: 150%; mso-pagination: widow-orphan; font-size: 12.0pt; mso-bidi-font-size: 10.0pt; font-family: "Times New Roman"; mso-fareast-font-family: "Times New Roman"; } p.MsoHeader, li.MsoHeader, div.MsoHeader { mso-style-name: "Cabeçalho\,Alfabeto"; margin: 0cm; margin-bottom: .0001pt; text-align: justify; text-indent: 4.0cm; line-height: 150%; mso-pagination: widow-orphan; tab-stops: center 220.95pt right 441.9pt; font-size: 12.0pt; mso-bidi-font-size: 10.0pt; font-family: "Times New Roman"; mso-fareast-font-family: "Times New Roman"; } p.MsoFooter, li.MsoFooter, div.MsoFooter { margin: 0cm; margin-bottom: .0001pt; text-align: justify; text-indent: 4.0cm; line-height: 150%; mso-pagination: widow-orphan; tab-stops: center 220.95pt right 441.9pt; font-size: 12.0pt; mso-bidi-font-size: 10.0pt; font-family: "Times New Roman"; mso-fareast-font-family: "Times New Roman"; } @page Section1 { size: 21.0cm 842.0pt; margin: 70.9pt 42.55pt 70.9pt 70.9pt; mso-header-margin: 42.55pt; mso-footer-margin: 42.55pt; mso-paper-source: 0; } div.Section1 { page: Section1; } -->

2. Ante o exposto, julgo procedente, em parte, o procedimento de controle administrativo para:

a) julgar prejudicado o pedido, no tocante ao reposicionamento do mobiliário nas salas de audiência, em razão da judicialização da questão;

b) determinar ao Tribunal-requerido que, no **prazo de 30 (trinta) dias**, finalize o convênio com a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado da Bahia, com vistas a aumentar o número de vagas de estacionamento para membros do Ministério Público, **sem a necessidade de prévia aquiescência da Associação dos Magistrados da Bahia;**

c) determinar ao Tribunal-requerido que disponibilize, **imediatamente**, 01 (um) elevador em comum para membros da Magistratura, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia; 01 (um) elevador para presos sob escolta e 02 (dois) elevadores para servidores e o público em geral.

3. É o voto.

4. Intimem-se. Cópia do presente servirá como ofício.

5. Após, arquivem-se os autos.

